

O USO DE ATIVIDADES COM LÁPIS E PAPEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARÍLIA E SUA EXPERIÊNCIA NA CRECHE MUNICIPAL DE JACUÍPE-AL

Maria Eduarda dos Santos Neves ¹
Paula Beatriz Oliveira da Silva ²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo básico analisar a utilização de ficha de atividades na educação infantil. A pesquisa bibliográfica visa contribuir trazendo a reflexão sobre a finalidade de se trabalhar as atividades de lápis e papel dentro da educação infantil com crianças menores de seis anos, além de analisar com argumentos bibliográficos sobre a prática profissional e a formação da educadora na educação infantil. Tomando como referência alguns autores que debatem sobre o tema. Além disso, utilizou-se como exemplo, o primeiro semestre de Marília na creche municipal do município de Jacuípe-AL, fazendo uma discussão sobre suas atividades. Foi possível identificar com este estudo o despreparo profissional que se tem na educação infantil, levando em consideração as práticas pedagógicas e vivências dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: Fichas de atividades, Educação Infantil, Práticas pedagógicas, Creche.

INTRODUÇÃO

O uso das fichas de atividades é corriqueiro na educação infantil. Observa-se uma crescente utilização de exercícios com lápis e papel com crianças menores de seis anos por meio da realização de exercícios de recorte e colagem, pinturas a dedo, uso do lápis, etc., a fim de estimular o desenvolvimento do ato motor e da discriminação perceptual, além de proporcionar subsídios para o desenvolvimento da linguagem escrita.

As atividades de lápis e papel ocupam grande parte do tempo escolar, permitindo que crianças passem longos períodos sentadas em suas mesinhas, realizando atividades de coordenação motora. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), às práticas pedagógicas deverão ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, como também os cuidados pessoais e as diversas formas de linguagens. Desse modo, as práticas educacionais nessa fase não deverão se restringir apenas ao uso das fichas de atividades, pois compreende-se que é essencial ampliar suas potencialidades através de um trabalho pedagógico onde insira a criança como autora da construção do seu desenvolvimento, por meio de um espaço que envolve as relações sociais,

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, maduneves1197@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, paulabeatrizods@gmail.com;

criatividade, e que abrange em suas ações pedagógicas, o lúdico. Assim sendo, é necessário que as atividades e as práticas educacionais sejam significativas para as crianças, de modo, que ao tornarem significativas garantem a aprendizagem (Brandão, 2010 *apud* Deheinzelin,1994).

Observa-se que as atividades de lápis e papel tem como objetivo o desenvolvimento do ato motor, porém, grande parte das atividades elaboradas pelos docentes para crianças menores de seis, não possuem objetivos didáticos claros em torno do desenvolvimento do ato motor e da discriminação perceptual. De modo que a utilização desse recurso dentro da educação infantil serve apenas para “prestar contas” às famílias e à sociedade sobre o trabalho realizado na educação infantil.

Nesse contexto, o objetivo deste ensaio será em torno do uso das fichas de atividades dentro da educação infantil- creche, a fim de trazer a reflexão sobre a finalidade de se trabalhar as atividades de lápis e papel dentro da educação infantil com crianças menores de seis anos, além de analisar com argumentos bibliográficos, sobre a prática profissional e a formação da educadora da educação infantil. Como referência, utilizaremos Avila (2003), Vigotsky (2007), Brittar (2003), Brandão e Leal (2010), Kuhlmann (2008), a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Referencial Nacional da Educação Infantil (1998), etc. Desse modo, é necessário questionar: Quais objetivos didáticos serão propostos nas tarefas de lápis e papel a fim de oportunizar experiências significativas às crianças da creche? Será que as atividades de lápis e papel têm apenas o intuito de desenvolver o ato motor e a discriminação perceptual? Quais outros objetivos podem ser trabalhados com as fichas de atividades? Quais experiências devem ser trabalhadas e valorizadas dentro da educação infantil? Seguindo essa linha de questões, serão discutidos conceitos importantes para a ampliação do debate. São eles: concepções de ensino e aprendizagem, objetivos das atividades de lápis e papel e os desafios da educação infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que pretende utilizar fichas de atividades de uma creche municipal de Jacuípe- AL. Serão feitas análises das atividades de lápis e papel de Marília, criança de um ano e cinco meses de idade que é frequentadora da creche de Jacuípe. As entrevistas da professora de Marília e da secretária de educação do município não foram concedidas. Nesse sentido, serão utilizados na pesquisa instrumentos

exploratórios e bibliográficos com a finalidade de alcançar os objetivos propostos desta pesquisa. Além disso, a análise das atividades tem contribuição de uma coordenadora escolar de educação infantil de uma escola particular do município de Recife-PE por meio de um questionário. Para Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória “tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Já a pesquisa bibliográfica para Manzo(1971 p. 32 *apud* Marconi e Lakatos, 2000 p. 66) "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente."

FICHAS DE ATIVIDADES NA CRECHE BRASILEIRA: A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

As mudanças de âmbito social, político e cultural estimularam mudanças nas concepções de educação infantil. Tais transformações contribuíram para abrir caminhos na criação de políticas públicas educacionais que atendessem crianças menores de seis anos. Nesse sentido, houve um impacto nas atividades realizadas dentro das salas de aulas.

As fichas de atividades surgiram através do discurso da “maturidade da alfabetização” em meados da década de 1960. Nessa época entendia-se que crianças muito pequenas, menores de seis anos, não poderiam ser alfabetizadas, pois por serem muito pequenas não estariam preparadas para o processo de alfabetização. Contudo tentativas de alfabetizá-las antes da faixa etária (seis a sete anos) seria desperdício de tempo, além de ser prejudicial ao seu desenvolvimento (Brandão; Leal, 2010, p.14). Dessa forma, para que as crianças menores de seis anos passassem pelo processo de alfabetização, teriam que desenvolver determinadas habilidades que seriam proporcionadas pelos exercícios preparatórios.

Segundo as autoras Poppovic e Moraes (1966), o trabalho na Educação infantil deveria se concentrar no desenvolvimento de habilidades que são pré-requisitos para o ensino da leitura e escrita, como habilidades de coordenação viso-motora, memória visual, certo grau de atenção, orientação espacial, etc. Com isso, para o treinamento motor com crianças menores de seis anos seria adequado exercícios de recorte e colagem como também o uso de lápis que direcionaria o movimento, que mais tarde, seria proporcionado no ensino da escrita. Essa concepção de aprendizagem levou a crer que as fichas de atividades poderiam proporcionar uma boa preparação para o ensino da linguagem escrita.

Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abriu-se novos caminhos para a educação infantil de modo que a criação do documento RCNEI (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 1998) passou a orientar o trabalho desenvolvido na sala de aula para o desenvolvimento integral da criança, pois se entende que a ela é um sujeito ativo em processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social. Nesse sentido, é necessário que as instituições de educação básica proporcionem atividades educativas que estimulem o desenvolvimento da criança de forma integral, ou seja, vá além dos exercícios repetitivos de coordenação motora e discriminação perceptual.

Embora o RCNEI tenha representado um grande avanço para a época, havia uma lacuna, pois o documento não colocava a criança e sua identidade como foco principal, ela era vista como alguém que responde aos estímulos dados pelos adultos. Por outro lado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, colocam a criança como foco e mostram um avanço, além de servir como parâmetro para a atual base. Em dezembro de 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ela determina os conhecimentos e habilidades que todas as crianças e jovens têm o direito de aprender, tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. A BNCC organiza a Educação Infantil em torno de 6 direitos de aprendizagem de todas as crianças: o expressar, o conhecer-se, o brincar, o explorar, o participar e o conviver e serve como um norte para as práticas pedagógicas.

A partir dessa perspectiva, cabe o questionamento: Seria o único objetivo das fichas de atividades o desenvolvimento do ato motor? Quais outros objetivos podem ser apresentados dentro das atividades de lápis e papel na educação infantil? Deste modo, a discussão desta pesquisa terá como objetivo da reflexão acerca do uso das fichas de atividades na educação infantil e as propostas pedagógicas que deverão nortear o trabalho pedagógico na educação infantil.

É sabível que a formação de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, até pouco tempo atrás, não era interesse daqueles que elaboravam as Políticas Educacionais Brasileiras. A trajetória para se chegar no que se tem hoje foi resultado de muita luta por parte de movimentos sociais que abraçaram esta causa. De acordo com Kuhlmann (1998), os movimentos populares e feministas foram os causadores da expansão das creches.

PARA ALÉM DAS FICHAS DE ATIVIDADES: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Para que se tenha uma prática pedagógica diversificada e construtiva faz-se necessário o profissional ter uma boa formação, pois as instituições de ensino possuem o dever de formar a criança dentro de aspectos diversos, como afirmam as autoras Almeida e Rojas (2003, p. 116-117) quando ressaltam “que as instituições de educação infantil têm um papel preponderante na construção da identidade pessoal, social e cultural da criança e que, portanto, têm um caráter relevante na ampliação de experiências significativas à formação dessas crianças”, reforçando a necessidade de a professora “organizar um trabalho que não se pautar apenas na ação cuidadora, mas principalmente na ação educativa”.

Entretanto, o mais intrigante é que, corriqueiramente, a educadora não pensa no quão importante é o seu papel no processo de desenvolvimento/formação da criança e no quanto sua atuação reflete na vida dela. Diante disso, em diversas situações, têm-se profissionais que, ano após ano, desempenha a sua função de forma acrítica, sem refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Além disso, as pesquisas da psicologia de desenvolvimento nos afirmam que a personalidade de uma criança se forma, quase por completo, até os sete anos de idade e suas ações individuais vão depender do ambiente no qual ela está inserida, ou seja, a escola, a família, a comunidade, etc. Diante disso, a abordagem sociointeracionista ressalta “que a criança se desenvolve e aprende através de sua vivência com o meio e as pessoas que estão em seu redor”. “Para corroborar com esse pensamento, Vygotsky aborda que o funcionamento psicológico se estrutura a partir das relações sociais estabelecidas entre a criança e o mundo exterior” (apud Oliveira, 2005, p. 44). Focalizando essa visão para o ambiente escolar, pode-se perceber que é a profissional da educação possui o contato direto com a criança por um longo tempo. Conseqüentemente, ela exerce uma carga de influência na autoestima e no caráter da criança. Isso se torna ainda maior, quando se trata de crianças de 0 a 6 anos, pois elas estão abertas às influências que contribuem para o seu desenvolver.

A necessidade de uma boa formação também faz parte da Política Nacional de Educação Infantil ao pontuar que:

Esta concepção de educação infantil, que integra as funções de educar e de cuidar em instituições educativas complementar à família, exige que o adulto que atua na área seja reconhecido como profissional. Isso implica que lhe

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

devem ser asseguradas condições de trabalho, plano de carreira, salário e formação continuada condizentes com seu papel profissional. (Apud Bittar et al., 2003, p. 39)

É frequente escutar relatos de professoras que as atividades na educação infantil se restringem a pintar, a desenhar, a cortar, a rasgar, a colar, etc. Entretanto, elas não têm conhecimento de que essas precisam ter um objetivo a ser conquistado. Por outro lado, alguns profissionais acreditam que a educação infantil é a “preparação” da criança para o ensino fundamental. Diante disso, vê-se frequentemente, crianças sentadas realizando inúmeras atividades durante seu tempo na escola. Ademais, tais práticas e pensamentos rompem com a proposta dos campos de experiências contidos na Base Nacional Comum Curricular (2018), como o Eu, o outro e o Nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; traços, sons, cores e formas; espaços, tempos, quantidades, relações e transformação.

Diante da contradição entre o que a BNCC norteia e o pensamento de algumas professoras da educação infantil, é perceptível

[...] a necessidade de se investir em todos os cursos, eventos ou processos de formação de professores no sentido de que esses profissionais se fundamentem, capacitem e se exercitem para o hábito da contínua investigação e reflexão sobre sua própria prática, [...] Além disso, a formação dos profissionais da educação terá que ser mais sólida, rigorosa e contemplar: a articulação dos conhecimentos sobre educação, economia, política, sociedade e suas relações. (Avila, 2003, p. 54)

Uma boa educação infantil exige profissionais capacitados, rompendo com a ideia que para atuar nela basta gostar e saber cuidar de crianças. É de inteira importância gostar de crianças, mas, além disso, a profissional precisa ter um olhar diferenciado para o desenvolvimento integral da criança. Sobre o papel do professor, Teixeira (2003) ressalta que

[...] a tarefa do professor é fazer aprender, ou seja, cabe a ele a função reguladora da aprendizagem. Assumir essa maneira de pensar o ensino e a função do professor exige um profissional com autonomia, que possa transitar pelas teorias, tomando como referência a sua prática pedagógica, e não se constituindo apenas, em um “aplicador” de novas ideias. (p. 111)

Sendo assim, o profissional precisa ter o “olhar sensível” para notar que a educação infantil não é um preparatório para o ensino fundamental, nem são adultos reduzido, mas sim, sujeitos sociais em processo de desenvolvimento, e que necessitam de uma formação integral.

DISCUSSÃO SOBRE AS FICHAS DE ATIVIDADES DE MARÍLIA

O trabalho pedagógico seja ele qual for deve ser estruturado em um objetivo claro que tem como finalidade a aprendizagem. Neste contexto, nota-se que algumas atividades realizadas na educação infantil colocam as crianças em situações que não contribuem de forma integral ao seu desenvolvimento, além de desmotivarem por serem exercícios repetitivos. Assim sendo, a concepção de criança inserida em instituições de creche que enquadra crianças de um a três anos de idade em atividades repetitivas e padronizadas, visa a criança como um ser limitado e submisso aos comandos do adulto. Dentro desse contexto, o adulto não é mais o mediador do conhecimento, mas aquele que determina os caminhos que as crianças irão realizar nas atividades realizadas dentro da sala de aula. Segundo as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil formuladas pela BNCC expressa a concepção de criança como:

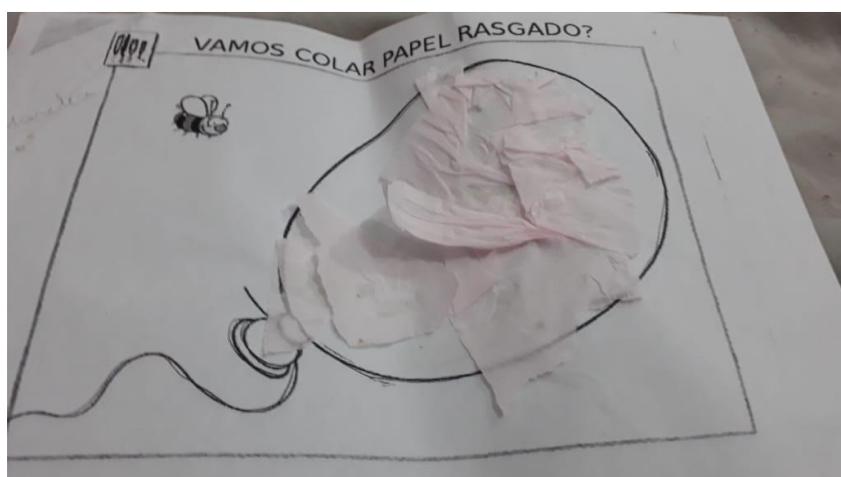
“A criança, centro do planejamento curricular, é um sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz de conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.”
(Parecer CNE/CEB nº 20/09).

Nesse sentido, observa-se que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular define a concepção de criança como autora de suas decisões, desejos e portadora de direitos. Desse modo, não se entende a criança um ser passivo que apenas obedece aos comandos do adulto, mas que constrói junto ao adulto o seu processo de aprendizagem. Contudo, as instituições de ensino infantil devem rever determinadas práticas que não agregam valor ao processo de aprendizagem. Assim sendo, devem abolir “procedimentos que não reconhecem a atividade criadora e o protagonismo da criança, que promovam as atividades mecânicas e não significativas para as crianças.” (Parecer CNE/CEB nº20/09).

Partindo desse contexto, serão analisadas as fichas de atividades de Marília de um ano de idade que frequenta a creche municipal de Jacuípe-AL. Tem como intuito ampliar a discussão acerca da temática.



Fonte: Neves; Oliveira (2019)



Fonte: Neves; Oliveira (2019)

As fichas de atividades realizadas por Marília mostram uma concepção empobrecida acerca do desenvolvimento de crianças de um a três anos de idade, no intuito de antecipar etapas que não correspondem à educação infantil. Diante disso, foi realizado um questionário com a coordenadora pedagógica das turmas com a faixa etária de 3 até 5 anos de uma escola particular para analisar as fichas de atividades.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Ao perguntar De acordo com a Base da Educação Infantil, as atividades de Marília estão dentro do correto? A coordenadora respondeu: *“Acredito que as atividades estão inadequadas e descontextualizadas.”* Segundo Ostetto esse tipo de atividade é bastante rude, pois tem como objetivo preencher o tempo de trabalho com a criança entre um e outro

momento da rotina (higiene, alimentação, sono, etc.). São elaborados vários tipos de atividades para cada dia da semana, como por exemplo:

Segunda-feira: modelagem com massinha; quebra-cabeça; audição de histórias; preenchimento de exercícios em folha mimeografada. Terça-feira: recorte e colagem; jogos recreativos; música com gestos; confecção de dobraduras (OSTETTO, *ibid*).

O que frequentemente se denomina de “prática pedagógica”, são essas atividades, enquanto o cuidado com as crianças e outros momentos diários não são planejados. Para Ostetto, o que caracteriza esse tipo de planejamento é “a necessidade de ocupar as crianças durante o tempo em que permanecem na instituição” (p. 180). Não passa de um substitutivo da escola “guarda de crianças”, que foi característica das primeiras instituições pré-escolares.

Dentro desse contexto, foi realizada a seguinte pergunta: Quais tipos de atividades são utilizadas para crianças de 1 a 3 anos? A coordenadora respondeu: *“Atividades que envolvam ampliação do vocabulário por meio de imagens, fantoches, músicas, brincadeiras cantadas, como também, todo trabalho de exploração da motricidade ampla com brincadeiras, percursos, desafios motores. Também investimos no trabalho dentro do Campo de Experiências da Formação Pessoal e Social (o Eu, o Outro e o Nós), dando ênfase à autonomia nas atividades de Vida Prática (vestir-se/despier-se, uso do banheiro e filtro de forma adequada, calçar-se /descalçar-se / servir-se do alimento utilizando talheres entre outras).”*

Diante da resposta dela, cabe o questionamento sobre em quais momentos o brincar entra na rotina da creche, pois ao ter contato com as atividades de Marília, foi possível identificar o número exacerbado de fichas que não estão de acordo com a sua idade, visto que ela ainda não possui noção de espaço, nem tão pouco tem coordenação motora para realizar uma pintura tão direcionada como mostra a primeira imagem. Em contrapartida à essa prática Leontiev (2001a, p.64) afirma que “a instrução, no sentido mais estreito do termo, que se desenvolve em primeiro lugar já na infância pré-escolar, surge inicialmente no brinquedo, isto é, precisamente na atividade principal deste estágio do desenvolvimento”. Portanto, a instrução na idade pré-escolar deve estar a princípio organicamente vinculada à brincadeira.

Nota-se que dentro da educação infantil deve-se trabalhar no intuito de desenvolver a criança como um todo, a fim de oportunizar suas dimensões. Desse modo, observa-se que as atividades supracitadas têm como intuito atingir vários objetivos. A partir disso foi realizada a seguinte pergunta: Quais os principais objetivos estão elencados nessas atividades? A

coordenadora respondeu: “*autonomia, desenvolvimento da motricidade ampla, desenvolvimento do vocabulário ativo.*” Vale ressaltar que a autonomia é de extrema importante para a criança, pois a ajuda em seu desenvolvimento, tornando-a uma criança independente. De acordo com Nogueira e Pilão (1998)

“No desenvolvimento infantil, gradualmente a criança se torna mais autônoma; pelo menos essa é a tendência natural ou ideal; à medida que a criança se desenvolve, espera-se que seja menos governada por outros. Quando pequena, a criança necessita de cuidados de outras pessoas, sendo, portanto, considerada heterônoma; à medida que seu físico e seu psicológico amadurecem, ela se torna mais capacitada a governar-se, a agir de forma mais independente, ela não precisa do outro, tornando-se então autônoma.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste estudo foi possível identificar como é difícil elaborar uma proposta pedagógica que vise o educar e o cuidar para a construção do conhecimento e desenvolvimento de crianças de 0 a seis anos de idade. Ao levar em consideração essa dificuldade, o educador deve procurar superar essa situação, reavaliando constantemente suas práticas pedagógicas, por meio de capacitações externas, planejamento, etc.

Percebe-se a importância de pensarmos a Educação Infantil baseado em uma concepção que a criança possa ser percebida como um sujeito em plena construção pessoal e social. Ademais, faz-se necessário pensar o planejamento para Educação Infantil, pretendendo sanar as lacunas existentes entre o planejar e a prática efetiva do professor, para que haja a concretização de um trabalho significativo e transformador na sala de aula, na escola e na sociedade.

Finalizando, este estudo foi de grande relevância, visto que possibilitou o conhecimento, o diálogo e a análise quanto à importância do planejamento para Educação Infantil e do brincar nessa etapa de ensino, corroborando para uma melhor compreensão deste âmbito no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; CARVALHO, Maria Jaqueline Paes. As fichas de atividades de linguagem escrita na educação infantil. In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi;

ROSA, Ester Calland de Souza (Org.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; DA SILVA, Alessandro. **O ensino da leitura e escrita e o livro didático na Educação Infantil**. Porto Alegre, 2017.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Org.). **Ler e Escrever na Educação Infantil: Discutindo Práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; RODRIGUES, Cynthia; RIBEIRO, Jaysa. **A tarefa de casa na Educação Infantil**. Recife, 2008.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução José C. Neto, Luís S. M. Barreto, Solange C. Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BITTAR, M.; SILVA, J. P. de O. e Motta, M. C. A. In: RUSSEFF, I. e BITTAR, M. (orgs.) (2003). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano.

AVILA, V. F. de (2003). “**Formação de professores: política de (des)entendimento entre instâncias normatizadoras e concretizadoras**”. In: RUSSEFF, I. e BITTAR, M. (orgs.). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano.

TEIXEIRA, L. R. M. (2003). “**Desenvolvimento cognitivo e educação infantil: espontâneo ou produzido?**” In: Russeff, I. e Bittar M. (orgs). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano.

KUHLMANN JR. M. (1998). **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação.

_____. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9.ed. São Paulo: Ícone, 2001a.

NOGUEIRA, Eliete Jussara. PILÃO, Jussara Moreira. **O construtivismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na Educação Infantil... Mais que a atividade. A criança em foco**. In: _____. **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágio**. Papirus, 2000.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, nº 16, p. 27-34, jan./abr. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica . **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

LORDELO, Eulina da Rocha; CARVALHO, Ana Maria de Almeida. Educação Infantil e Psicologia: Pra que brincar?